

Licínio C. Lima (Org.)

# Educação Não Escolar de Adultos

Iniciativas de Educação e  
Formação em Contexto  
Associativo

---

Universidade do Minho  
Unidade de Educação de Adultos



LICÍNIO C. LIMA (Org.)

# EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR DE ADULTOS

Iniciativas de Educação e Formação em Contextos Associativos

Contribuições de

**Almerindo Janela Afonso, Amélia Vitória Sancho,  
Licínio C. Lima, Luís Areal Rothes,  
Maria Augusta Trigueiro Rocha,  
Olívia Santos Silva, Paula Guimarães**

Universidade do Minho

---

Unidade de Educação de Adultos

BRAGA 2006

TÍTULO	Educação Não Escolar de Adultos Iniciativas de Educação e Formação de Adultos em Contextos Associativos
ORGANIZAÇÃO	Licínio C. Lima
AUTORES	Almerindo Janela Afonso, Amélia Vitória Sancho, Licínio C. Lima, Luís Areal Rothes, Maria Augusta Trigueiro Rocha, Olívia Santos Silva, Paula Guimarães
EDIÇÃO	Universidade do Minho Unidade de Educação de Adultos Página Web: <a href="http://www.uea.uminho.pt">http://www.uea.uminho.pt</a>
IMPRESSÃO	Reprografia e Publicações Universidade do Minho
TIRAGEM	750 ex.
DEPÓSITO LEGAL	N.º 246133/06
ISBN	N.º 972-9050-24-4

## ÍNDICE

Prefácio .....	11
Introdução .....	15
<i>Licínio C. Lima</i>	
<b>PARTE I</b>	
INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS EM CONTEXTOS ASSOCIATIVOS	
1. Educação e Formação de Adultos nas Associações: iniciativas popularmente promovidas ou formalmente organizadas? .....	25
<i>Paula Guimarães, Olívia Santos Silva, Amélia Vitória Sancho</i>	
2. Pintura e Decoração: uma experiência pedagógica inovadora .....	71
<i>Amélia Vitória Sancho</i>	
3. <i>As Ovelhas Negras</i> : uma iniciativa educativa numa universidade da terceira idade .....	103
<i>Luís Areal Rothes</i>	
4. Novos Espaços em Educação Não-Formal: a formação de animadores infanto-juvenis .....	121
<i>Maria Augusta Trigueiro Rocha</i>	
5. <i>Nas Margens de Dentro</i> : um projecto para desempregados .....	149
<i>Olívia Santos Silva</i>	
<b>PARTE II</b>	
PRÁTICAS EDUCATIVAS, ORGANIZAÇÕES E ACTORES SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS	
6. Para uma Caracterização de Formas de Organização e de Dispositivos Pedagógicos de Educação e Formação de Adultos .....	181
<i>Luís Areal Rothes, Olívia Santos Silva, Paula Guimarães, Amélia Vitória Sancho, Maria Augusta Trigueiro Rocha</i>	
7. Políticas Públicas, Novos Contextos e Actores em Educação de Adultos .....	205
<i>Licínio C. Lima, Almerindo Janela Afonso</i>	
Bibliografia .....	233
Apêndices .....	243

*Este trabalho é dedicado a Johan Norbeck, actualmente professor aposentado da Universidade de Linköping, prestigiado educador de adultos sueco que trabalhou em diversos países africanos e da América Latina e que, ao longo das últimas décadas, serviu por diversas vezes a educação de adultos em Portugal, tendo cooperado activamente com ministérios, universidades, associações e escolas, através da formação, da investigação, da escrita e da intervenção em diversos projectos.*

*Queremos destacar e reconhecer especialmente os seus contributos para a constituição e consolidação da Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho e a decisiva influência, em termos de inspiração e de organização, que exerceu no projecto que agora é objecto de publicação.*

## PREFÁCIO

O livro que agora se publica resulta de trabalhos de investigação conduzidos em Portugal, a partir de finais de 1997, sobre iniciativas de educação de adultos, de tipo não-escolar, realizadas em contextos associativos.

O interesse revelado pela Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho no estudo de iniciativas de educação de adultos e de educação popular em contextos associativos remonta a finais da década de 1970, tendo a partir de então conhecido uma atenção continuada ao longo das décadas seguintes, expressa através da realização de diferentes projectos e do recurso a variadas metodologias de investigação e, também, de intervenção, especificamente no norte de Portugal e com particular incidência nos distritos de Braga e de Viana do Castelo.

Este capital de experiência e de conhecimento produzido em torno das relações entre educação de adultos e associativismo local e comunitário, que deu origem à publicação de numerosos trabalhos no país e no estrangeiro ao longo das duas últimas décadas, alguns deles realizados no quadro de projectos de investigação de âmbito internacional, esteve na base de uma nova iniciativa a que aquela Unidade aderiu em conjunto com a Universidade de Linköping (Suécia), através do seu Centro para Educadores de Adultos, e com a Universidade de Cork (Irlanda), por intermédio do Centro de Educação Contínua e de Adultos. A proposta de um projecto de investigação, resultante da acção concertada das três universidades, viria a ser aprovada e financiada pela Comissão Europeia através do Programa SOCRATES – Subprograma de Educação de Adultos, intitulando-se *Educação de Adultos Popularmente Iniciada (Popularly Initiated Adult Education)*.

O projecto assumiu como objectivo central identificar e analisar processos e contextos educativos iniciados por adultos, com características não-escolares, assumindo formas inovadoras em termos de concepção, organização, objectivos, conteúdos, estratégias pedagógicas e de aprendizagem, produção de materiais, ou formas de avaliação, entre outras. Os contextos privilegiados foram, conguentemente, aqueles que evidenciavam características de tipo não-formal, com destaque para associações, cooperativas, grupos organizados de cidadãos ou, simplesmente, projectos comunitários ou de desenvolvimento local, com ou sem apoios estatais, com ou sem ligações institucionais a organismos ou a programas oficiais. Tratava-se de procurar estudar a situação da educação (popular/popularmente iniciada) de adultos e as novas articulações entre a educação e a formação de adultos e a miríade de instituições locais, associações, organismos de solidariedade social, iniciativas de desenvolvimento local e outras formas de expressão da sociedade civil, atribuindo protagonismo às iniciativas cidadãs e à própria participação dos educandos adultos, buscando identificar formas de organização e dispositivos pedagógicos inovadores.

Envolvendo contextos nacionais, históricos e culturais consideravelmente distintos – desde a tradição nórdica da educação popular de adultos, passando pela histórica concepção de *educação liberal* e pela centralidade atribuída nos últimos anos à educação e formação de adultos nas políticas públicas pela República da Irlanda, até às conhecidas hesitações das políticas educativas portuguesas neste domínio, pese embora alguma mobilização recente de novos actores –, o projecto conheceria dificuldades consideráveis em termos de um modelo de articulação forte e de características minimamente centralizadas; mesmo do ponto de vista conceptual, não só em torno da definição e do reconhecimento do campo da *educação de adultos*, mas especialmente no que concerne aos critérios de reconhecimento de acções *popularmente iniciadas* e com carácter *inovador*.

Entre 1997 e 1999 foi no entanto possível desenvolver trabalhos teóricos e empíricos de forma minimamente concertada, apostando em dispositivos organizacionais e de coordenação de tipo *debilmente articulado*, por forma a realizar debates, reflexões, visitas e trabalho de campo nos três países, seminários de apresentação e análise de resultados, e chegar à produção, em 1999, de um relatório global onde se descrevia a situação estudada em cada país e se ensaiavam algumas análises comparadas. Para o efeito haviam sido constituídas três equipas nacionais, cada uma das quais dispo de um director e de uma considerável autonomia de decisão, de tal forma que, ao contrário do que é comum acontecer na maioria dos projectos internacionais, a direcção colegial do projecto aprovou a realização de distintas estratégias metodológicas, instrumentos de recolha e

de análise de dados muito diversificados, procurando uma maior adequação às realidades socioeducativas em estudo em cada país e investindo especialmente numa lógica de produção de estudos de caso, de que resultou a elaboração de várias monografias. Prescindia-se, deste modo, de objectivos de descrição, de análise e de comparação baseados em modelos empíricos e em instrumentos necessariamente comuns, uniformes e de tipo apenas quantitativo, com propósitos nomotéticos e de generalização estatística, o que não impediu que, como sucedeu no caso português, se tivesse considerado oportuno recolher dados de caracterização de âmbito nacional, através de um inquérito por questionário complementado por outras fontes.

Concluído o projecto europeu e a colaboração formal entre as três universidades envolvidas, a equipa de investigação portuguesa tomou a decisão de prosseguir os seus trabalhos com vista a um aprofundamento dos estudos realizados, seja através do acompanhamento de alguns casos cujo estudo tinha sido iniciado anteriormente, seja sobretudo através da reflexão conjunta encetada entre a equipa de investigação e os actores locais representativos das iniciativas estudadas com maior profundidade. Na última fase, a equipa de investigação trabalhou colectivamente com vista à produção do relatório que aqui se publica, desde a fase de planeamento até à fase de redacção, discussão e aprovação dos diversos capítulos, tendo ainda decidido empreender dois estudos relativos à caracterização das formas de organização de dispositivos pedagógicos de educação e formação de adultos (capítulo sexto) e de políticas públicas, novos contextos e novos actores em educação de adultos (capítulo sétimo), não inicialmente previstos, mas que agora dão corpo à segunda parte desta obra.

A primeira parte abre com uma introdução onde são apresentados os objectivos do trabalho, clarificadas e justificadas as opções teóricas e os procedimentos metodológicos, seguindo-se uma apresentação e discussão dos dados relativos ao inquérito por questionário já mencionado, bem como a um fórum de discussão realizado com representantes de várias instituições e projectos inquiridos (primeiro capítulo). Os quatro capítulos seguintes correspondem a quatro estudos monográficos, seleccionados de entre a amostra estudada através do inquérito por questionário, permitindo um olhar mais contextualizado, conferindo relevo e voz aos actores e procurando aprofundar o estudo de práticas de educação e formação que foram por estes consideradas inovadoras.

O trabalho publicado corresponde, desta forma, quer aos objectivos e às actividades de investigação realizadas inicialmente no quadro do projecto europeu, quer ainda ao seu prolongamento autónomo, por iniciativa da equipa portuguesa, em ambos os casos incidindo apenas sobre a situação estudada no

nosso país. Trata-se de uma contribuição para o estudo de uma realidade complexa e plural, com elevado potencial educativo, alvo de inovações organizacionais e pedagógicas relevantes, mas também objecto de constrangimentos assinaláveis, permeável a contradições programáticas e a derivas tecnocráticas. Enfim, uma realidade socioeducativa marcada por diversas tensões, desde logo a partir dos discursos políticos centrais, que ora celebram retoricamente a sua autonomia e lhe exageram as capacidades de intervenção e de mudança, ora a subordinam a recursos públicos escassos e a controlam, directa ou indirectamente, através de uma grande diversidade de instrumentos burocráticos.

Uma última palavra para agradecer os inestimáveis contributos recebidos da parte de um numeroso grupo de pessoas que generosamente acederam a colaborar com esta investigação, especialmente os representantes de cerca de meia centena de instituições inquiridas e os vinte participantes no fórum realizado em 1998 na Universidade do Minho, bem como os coordenadores dos grupos de trabalho constituídos para essa reunião: Luís Mesquita, da Escola Superior de Educação do Porto, e Eugénio Adolfo Silva e Manuel António Silva, ambos do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Aos dirigentes e coordenadores dos projectos seleccionados para a realização dos quatro estudos monográficos, bem como a todos os animadores, formadores e formandos entrevistados, pela sua abertura ao nosso projecto de trabalho e pelo acesso privilegiado que nos permitiram a instalações, actividades, documentos, etc. Também aos colegas suecos, coordenados pela Universidade de Linköping (Sven Andersson, Johan Norbeck, Irma Carlsson, Ulla-Britt Tomberg, Staffan Roselius e Hans Hovenberg) e aos colegas irlandeses da Universidade de Cork (Denis Staunton, Mary Mc Grath, Liam Doherty e Chris Casaide) pelas suas contribuições ao projecto, pela troca de experiências e saberes e pelo clima de cooperação crítica que marcou as nossas actividades conjuntas.

Finalmente a expressão do meu reconhecimento a todos os membros portugueses da equipa de investigação que dirigi ao longo de seis anos, pelo seu entusiasmo e perseverança, mas sobretudo pela partilha das suas experiências e dos seus conhecimentos, que tornaram possível a realização deste trabalho: Almerindo Janela Afonso, Amélia Vitória Sancho, Luís Areal Rothes, Maria Augusta Trigueiro Rocha, Olívia Santos Silva e Paula Guimarães.

Braga, Outubro de 2005

L. C. L.

## INTRODUÇÃO

---

LICÍNIO C. LIMA

Embora conceptualmente definido em termos amplos e polifacetados, o campo da educação de adultos foi historicamente marcado pelas orientações políticas, pelas práticas educativas e pelos métodos de intervenção mais típicos da educação popular. Uma boa parte da sua afirmação institucional, em muitos países de distintos continentes, deveu-se exactamente à acção de sectores populares e comunitários, organizados através de movimentos operários e sindicais, de movimentos de temperança, de educação política e cívica, de associações populares e de colectividades de instrução e recreio, de mutualidades, cooperativas, ateneus, grémios ou clubes, ou ainda através da acção das igrejas.

Em Portugal, em finais do século XIX, José Cipriano da Costa Goodolphim procedia ao estudo e à defesa da *Associação*, em obra publicada em 1876, onde registava várias associações de diverso tipo, um pouco por todo o país, incluindo as “associações de instrução popular”, assim justificadas: “O operário precisa ter uma associação sua, onde todos os sócios sejam seus companheiros, onde ele passe uma parte da noite, lendo ou estudando em livros ao alcance da sua inteligência e do seu saber. Estas sociedades podem ser chamadas de instrução popular ou de temperança [...] Nestas associações podem ter lugar as leituras, as preleções, os cursos, acomodados à inteligência e ao tempo de que o operário pode dispor para tudo isto, e a biblioteca enriquecida de livros próprios para estas instituições” (GOODOLPHIM, 1974: 27-28).

Com efeito, a tradição da educação popular de adultos, não obstante a considerável diversidade histórico-cultural que lhe é característica – dos círculos de estudo e das associações de estudos nos países nórdicos, aos círculos de cultura da América latina –, privilegiou as dinâmicas associativas, comunitárias e de índole local, bem como dispositivos de mobilização crítica e de educação política

e para a cidadania. As articulações, sem dúvida plurais, entre educação de adultos, associativismo e democracia representam um pilar central da educação de adultos enquanto campo político-educativo, socialmente construído a partir do século XIX e, sobretudo, durante o século XX. A maior ou menor presença e relevância deste pilar das políticas públicas revela-se um possível indicador do compromisso social de tais políticas e do grau de democratização política e socioeducativa almejado pelas orientações governamentais para a educação de adultos. Representa, ainda hoje, uma dimensão ou lógica político-educativa substantivamente presente em novas políticas de educação e formação de adultos na Europa e fora dela (cf., a título de exemplo, o estudo de MELO, LIMA & ALMEIDA, 2002), embora se deva reconhecer que, em muitos casos, se encontra sujeita a uma forte erosão, chegando mesmo a ser objecto de desvalorização por parte de certas lógicas político-educativas concorrentes, sobretudo aquelas de pendor mais modernizante e tecnocrático, especialmente subordinadas à qualificação e à gestão de recursos humanos em termos restritos e predominantemente adaptativos face à economia do novo capitalismo (empregabilidade, competências para competir, formação vocacional, qualificação ao longo da vida, entre outras).

Embora em termos de políticas sociais actualmente em curso, e também mesmo de um ponto de vista teórico, não se possa afirmar que a lógica político-educativa da educação popular e a lógica político-educativa da gestão de recursos humanos sejam totalmente incompatíveis ou puramente antinómicas, antes podendo com vantagem em termos de análise ser tomadas como pólos, ou extremos, de um *continuum* de educação e formação de adultos, a verdade é que é bem visível o protagonismo crescente da segunda sobre a primeira, de tal forma que, nalguns casos, pode ser legítimo duvidar do carácter educativo de muitas iniciativas de formação e de qualificação de adultos (cf. LIMA, 2005).

Em Portugal, as políticas educativas das últimas décadas têm desvalorizado a educação popular de adultos, de tipo não escolar, em contexto associativo, para favorecerem a educação escolar de segunda oportunidade, através do ensino recorrente, e a formação profissional. Desde meados da década de 1980 que a referida política vem sendo desenvolvida, destacando-se igualmente, do ponto de vista do associativismo, uma progressiva deslocação para a prestação de serviços de assistência social e para o estatuto, a partir de 1983, de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Ao contrário do que sucede noutros países europeus (na Dinamarca, por exemplo), as associações sem fins lucrativos e, em geral, o designado *terceiro sector*, têm-se destacado em Portugal pela sua intervenção, sob contratualização, na promoção de serviços sociais e assistenciais, e não nas áreas educativas e culturais, desta forma procurando compensar a ainda relativa insuficiência da cobertura pública da protecção social (cf. QUELHAS, 2001: 128-129) e as fragilidades do Estado-providência entre nós.

As iniciativas desencadeadas a partir dos anos 2000 em termos de educação e formação de adultos, inicialmente protagonizadas pela Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), designadamente os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), embora contribuindo para alargar a rede de ofertas educativas optaram por privilegiar a lógica da produção de certificações (escolares e profissionais), mais dificilmente se articulando com dinâmicas associativas, comunitárias ou de desenvolvimento local que confirmam relevo à lógica da educação popular e a dinâmicas educativas de tipo não formal nela inspiradas.

Contudo, em círculos associativos, educativos e académicos continua a valorizar-se fortemente a tradição associativa como potencial factor de desenvolvimento e de mobilização da educação popular de adultos. Ainda que correspondendo a uma agenda historicamente intermitente e de que raramente resultaram iniciativas consistentes com grande impacto socioeducativo, as iniciativas de índole popular em matéria de educação de adultos, por referência privilegiada a contextos associativos, persistem no ideário educativo de muitos e, enquanto projectos e acções socioeducativos concretos, resistem frequentemente nas margens de um sistema político-administrativo que tende a desvalorizá-las e que, em todo o caso, raramente conta com elas em termos de políticas públicas, de programas e de meios de financiamento ou de apoio.

Especialmente a partir da década de 1980, inaugurou-se um “tempo de refluxo” (SILVA, 1994: 405), tendo-se perdido a mobilização alcançada após a Revolução de 25 de Abril de 1974, seja em termos de cultura e educação popular seja em termos de animação local e seus impactos na educação de adultos. Ficava para trás a acção descentralizadora da Direcção-Geral de Educação Permanente do Ministério da Educação e o apoio às associações de educação popular (cf. MELO, 1978, 1979, 1983; MELO & BENAVENTE, 1978), rejeitando lógicas centralistas, extensionistas, de campanha ou de endoutrinamento, embora ainda hoje confundidas por sectores mal informados com as campanhas de alfabetização e de dinamização cultural conduzidas pela 5ª Divisão do Movimento das Forças Armadas. Mas o potencial educativo das associações que havia sido admitido no período liberal e, sobretudo, no período republicano, e ensaiado após 1974, seja em termos de políticas educativas seja em termos de práticas de educação popular de adultos, subsistiria como ideia nuclear para certas concepções de educação de adultos de raiz democrática e emancipatória; tal como, de resto, as críticas sistemáticas à sua subvalorização ou ao seu desprezo pelos sucessivos governos democráticos.

Os estudos realizados procuravam inventariar e descrever as associações, construir tipologias e identificar o seu potencial socioeducativo (cf. LIMA, 1982; LIMA & ERASMIE, 1982; NORBECK, 1983; LIMA, 1986; LIMA & SANCHO, 1989); estudá-las enquanto objecto privilegiado de uma sociologia da educação não escolar (AFONSO, 1989); criticar a falta de apoios públicos de que eram alvo (NAVARRO, 1985); analisá-las por referência à cultura popular e ao desenvolvimento (SILVA, 1994). Noutros casos procurava-se dar conta de resultados provenientes de projectos de intervenção e de investigação-acção centrados nas associações como agentes de educação popular de adultos e de desenvolvimento local (ERASMIE, LIMA & PEREIRA, 1984; MELO, 1988; LIMA, 1990; MELO & SOARES, 1994; L. SILVA, 1996; R. LIMA, 2003), sendo de referir ainda investigações e teses académicas mais recentes (cf., entre outros, NOGUEIRA, 1996; BRANDÃO, 2000; ROCHA, 2000; CAVACO, 2002; GUIMARÃES, 2004; SANCHO, 2004; COELHO, 2005; GUIMARÃES & SANCHO, 2005; LOPES, 2005).

A investigação realizada tende a partir de uma inequívoca valorização do impacto das associações populares na educação de adultos, reconhecendo as suas potencialidades, em geral consideradas por explorar devido a obstáculos impostos pelas políticas públicas. As opções de “sobrevivência” de muitas instituições locais passaram pela adesão ao estatuto de IPSS, em certos casos com a criação de “empresas de inserção” ou ainda, em muitos casos, pela candidatura a programas de desenvolvimento regional, de desenvolvimento rural, de formação profissional, de iniciativas locais de emprego, onde algumas associações insistem em introduzir objectivos e práticas de educação popular de adultos, embora frequentemente com carácter marginal. Mais recentemente, a candidatura a cursos EFA e a Centros de RVCC representa outra alternativa, desta feita mais centrada na educação de adultos, mas eventualmente mais descentrada da lógica da educação popular de tipo não formal e da intervenção comunitária e socioeducativa.

Em termos mais globais, a própria subordinação do conceito de educação aos conceitos de formação (sobretudo profissional e contínua) e de aprendizagem ao longo da vida (de feição marcadamente individualista e utilitarista, com vista à obtenção de vantagens competitivas), vem também contribuindo para a desvalorização da intervenção tradicional das associações na educação popular de adultos. Tal intervenção, porém, parece resistir em certos casos; noutros é objecto de recontextualizações e adaptações várias, cruzando-se com novas dinâmicas, seja em termos de formação profissional, de combate ao desemprego ou de economia social, seja em termos de combate à exclusão social e de prestação de serviços de assistência social.

Mas haverá, nos novos contextos referidos, lugar a iniciativas de educação e formação de adultos de tipo não escolar? Em caso afirmativo, qual o grau de participação na decisão e na própria emergência e organização dos projectos por parte dos participantes adultos? As iniciativas de tipo não formal representam uma alternativa consistente à educação escolar ou são objecto de uma progressivamente formalização? As regras dos programas de financiamento, de organização e gestão das actividades, de prestação de contas, até que ponto são compatíveis com os padrões de organização típicos das associações populares? Qual o papel dos novos profissionais e respectivo trabalho assalariado nas associações, designadamente por referência aos antigos militantes e animadores? Em que consiste o carácter popular, participativo e inovador destas iniciativas? É possível encontrar um padrão ou regularidades relevantes em termos educativos e pedagógicos (objectivos, currículo, avaliação, pedagogia, etc.)? As iniciativas de educação e formação em contexto associativo são localmente desenvolvidas na sequência de projectos locais, de iniciativa popular, ou são sobretudo induzidas por agências e programas governamentais?

Pretendeu-se, com efeito, estudar processos educativos iniciados localmente através da acção de associações populares, centros comunitários ou projectos de desenvolvimento local, de características não escolares, apresentando formas consideradas inovadoras de conceber, organizar, desenvolver ou avaliar os projectos de educação/formação, de produzir materiais pedagógicos ou de desenvolver metodologias de trabalho. Em suma, tratou-se de procurar identificar e analisar modos de participação dos cidadãos na vida pública, na intervenção em projectos popularmente iniciados de educação e formação de adultos em contextos educativos, através do exercício da autonomia e da responsabilidade social.

Para este efeito a equipa de investigação optou por uma estratégia de pesquisa que pudesse combinar a descrição do campo em termos sociais e educativos com o acesso a iniciativas concretas de educação e formação de adultos consideradas inovadoras pelos próprios promotores. Foi a partir do levantamento e da caracterização genérica das referidas realizações com carácter inovador, e da sua apresentação e discussão face-a-face com os seus responsáveis, que se procedeu ao estudo de quatro casos e se pôde aprofundar, *in loco*, as matérias em estudo.

No que se refere ao levantamento e identificação de iniciativas de educação e formação de adultos de tipo inovador começou por se proceder a um levantamento de instituições ou projectos que, no país, actuavam nessa área, tendo-se para o efeito recorrido a uma grande pluralidade de fontes, incluindo o conhecimento dos membros da equipa, a consulta a diversas instituições públicas e privadas, a governos civis, a serviços regionais e locais do ministério da educação, a comissões nacionais de programas financiados por fundos comunitários,

etc. Foi possível, por essa via, identificar mais de 700 instituições que promoviam ou haviam já promovido acções de educação e formação de adultos, das quais se decidiu seleccionar uma amostra de 50%. Os critérios de selecção procuraram garantir a inclusão de instituições cujas iniciativas se inscrevessem num campo vasto e suficientemente diversificado de áreas de intervenção social, cultural, educativa, recreativa, capazes de proceder à selecção de processos de educação e formação de adultos considerados inovadores. Optou-se, em conformidade, por um conceito de educação de adultos que permitia a inclusão de acções formais de ensino (alfabetização, ensino recorrente, formação profissional) e também de processos educativos e formativos de tipo não formal, contemplando as mais diversas áreas de intervenção socioeducativa e de desenvolvimento local (património, ambiente, saúde, etc.).

A amostra do estudo contemplou 350 instituições/projectos disseminados por todo o território nacional, embora com predominância do norte do país, o que pode ser explicado pela proximidade e pelo conhecimento directo de muitas instituições por diversos membros da equipa de investigação. Foram, assim, seleccionadas 272 instituições no Norte, 35 no Centro, 25 em Lisboa e Vale do Tejo, 9 no Alentejo, 3 no Algarve, 4 nos Açores e 2 na Madeira. A selecção desta amostra foi deliberada, procurando tanto quanto possível incluir instituições e projectos que se adequassem ao tipo de estudo a realizar e, em muitos casos, promotores que se conheciam *a priori* e que davam garantias mínimas de adequação aos objectivos da investigação. Não se reclama, por esta razão, qualquer representatividade de tipo estatístico com vista a eventuais exercícios de generalização estatística, mas antes pertinência e adequação das instituições seleccionadas face à caracterização genérica dos promotores e, sobretudo, ao carácter inovador que atribuíam a algumas das acções que haviam desenvolvido em termos de educação não escolar de adultos. Quando muito, o tipo de generalização possível será de feição naturalista, ficando por isso mais dependente dos leitores do que da possibilidade de ser reclamado pelos autores; dependerá, portanto, da possibilidade de transferibilidade dos dados e das análises produzidos, da plausibilidade das interpretações face a contextos diversos, numa lógica ideográfica e não nomotética, de profundidade e não de extensão.

Optou-se por um inquérito por questionário de administração directa, via postal (cf. Apêndice I), cuja taxa de devolução se situou nos 23,4% (82 questionários) embora apenas 48 (13,7%) se encontrassem preenchidos integralmente, isto é, contemplando as três partes que constituíam o questionário.

As 48 entidades respondentes, que para além de terem procedido à descrição da instituição e à sua caracterização no âmbito da educação/formação de adultos, procederam ainda à identificação e caracterização de uma iniciativa de

educação de adultos que considerassem reunir características inovadoras (terceira parte do questionário), foram convidadas a participar num *fórum* de discussão que se realizou em Setembro de 1998 na Universidade do Minho com o objectivo de detalhar e clarificar o conhecimento acerca das entidades respondentes e permitir a recolha de informação pertinente com vista à posterior selecção de quatro iniciativas consideradas inovadoras pelos respectivos promotores, as quais viriam a ser objecto de estudos monográficos. Participaram na referida reunião de trabalho 20 representantes de instituições/projectos, os quais foram organizados em quatro grupos de discussão, tendo cada um deles apresentado em detalhe a iniciativa que haviam seleccionado e justificado o seu carácter inovador. Após estas apresentações ocorreu a discussão de todas as acções expostas, quer em sessões de grupo quer em sessões plenárias.

Os dados recolhidos por esta via revelaram-se muito úteis em termos de complemento de informações e esclarecimentos dos dados antes fornecidos, tendo permitido um conhecimento mais aprofundado das entidades e das respectivas iniciativas educativas que consideraram inovadoras. Com base nestas informações e nos dados constantes nos questionários foi possível seleccionar quatro casos para estudar em profundidade através do recurso a visitas, entrevistas e recolha de testemunhos, observação directa, análise de documentos, etc., os quais decorreram ao longo de um ano e foram conduzidos por um diferente membro da equipa em cada um dos contextos em análise.

Actualizando procedimentos de inspiração etnográfica, os investigadores procederam ao estudo de quatro iniciativas consideradas inovadoras, todas desenvolvidas em contexto associativo: 1) *Pintura e Decoração*, uma experiência pedagógica levada a cabo numa associação criada em 1975 e que no início da década de 1980 se constituiu como IPSS; 2) *As Ovelhas Negras*, uma iniciativa educativa orientada para participantes de uma universidade da terceira idade em funcionamento desde 1991; 3) *Novos Espaços em Educação Não-Formal*, incidindo na formação de animadores infanto-juvenis num contexto associativo e de formação da cultura e da educação populares que remonta a 1970; 4) *Nas Margens de Dentro*, um projecto para desempregados inscrito numa agência para o desenvolvimento local que hoje apresenta o estatuto de IPSS.

Após a apresentação das primeiras versões e sua discussão no seio da equipa de investigação, foi decidido devolver os dados obtidos às instituições e iniciativas estudadas com vista ao seu debate e aprofundamento. Para este efeito foi realizado um seminário que, em Julho de 2001, reuniu os investigadores e dezasseis participantes em representação dos casos estudados. Para além da análise e interpretação dos dados recolhidos foi também objecto de especial atenção um conjunto de questões relacionadas com a orientação política das associações, o seu estatuto, o seu modelo organizacional e de gestão, as relações

com as instituições de financiamento, a integração de novos profissionais, entre outras, desta forma completando e concluindo a fase de recolha de dados relativos aos quatro estudos monográficos.

Tendo por base a totalidade dos dados obtidos, foram ainda realizados dois estudos de teor mais interpretativo, apresentados na segunda parte do trabalho agora publicado. O primeiro incide sobre uma tentativa de caracterizar formas de organização e dispositivos pedagógicos de educação e formação de adultos. A análise dos dados provenientes dos quatro casos considerados inovadores pelos respectivos promotores permitiu reunir um vasto conjunto de dimensões empíricas que são apresentadas por referência a um modelo teórico organizado segundo categorias contrastantes ou dicotómicas, entendidas como extremos de um *continuum* capaz de integrar múltiplas categorias emergentes a partir dos dados obtidos. Após a caracterização dos referidos pólos axiais, os autores ensaiam a apresentação de um conjunto de referentes para um modelo pedagógico de educação de adultos, tomando em consideração elementos empíricos presentes, em graus variados, nos estudos de caso realizados, mas também elementos teóricos congruentes que, eventualmente, não foi possível identificar em termos de práticas, desta forma remetendo para uma constelação de dimensões compatíveis em termos teóricos e empíricos, resultante de uma metodologia de construção de *tipo ideal*. Trata-se de um exercício complexo e algo arriscado, embora de grande utilidade em termos de análise e interpretação, não deixando de assumir uma dimensão mais normativa, e eventualmente prospectiva, embora alicerçada no estudo de práticas concretas que evidenciavam, segundo os seus promotores, um carácter inovador.

O segundo estudo procura problematizar as iniciativas de educação e formação de adultos, de tipo não escolar, desenvolvidas em contextos associativos, por referência às políticas educativas, às relações com o Estado, a Sociedade Civil e o Mercado. Trata-se de, partindo de uma grande diversidade de dados, informações, e debates realizados ao longo do projecto de investigação, questionar criticamente a emergência de novos contextos, actores, parcerias e lógicas de acção neste sector, observando não apenas as mutações que ocorrem em termos de políticas sociais a nível nacional (e transnacional), mas também os impactos em termos organizacionais, no interior das associações estudadas, seja em termos de objectivos, modelos de organização e gestão, produção de micro-políticas, relações entre dirigentes, animadores voluntários e novos profissionais assalariados, entre outras questões. Opta-se, aqui, por um estilo mais indagativo do que conclusivo, deixando pistas de reflexão e hipóteses de trabalho para estudos ulteriores, atentos a novas contradições programáticas, a possíveis derivas tecnocráticas ou a eventuais orientações mercantis que possam encontrar-se em emergência num universo tradicionalmente crítico, e alternativo, face às referidas dimensões.